



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)
ATA DA REUNIÃO GAEPE – 23/04/2021
(28ª REUNIÃO)

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Ivonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Alexandre Jesus de Queiroz Santiago, Promotor de Justiça, Titular da Promotoria de Educação de Porto Velho/RO, representante do Ministério Público do Estado (MPE/RO); Isaías Fonseca Moraes, Desembargador, representante do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RO); Marta de Souza Costa Brito, Diretora Administrativa Financeira, representando o Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO); Fabiana Portilho Senhorinho, Secretária Municipal de Educação de Urupá/RO, representando a Associação Rondoniense de Municípios (AROM); Luslarlene Fiamett, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO); Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (AGEVISA/RO); Cláudia Borges, presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Rondônia (UNCME/RO); Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (SINEPE/RO); Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Articule; Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação de Porto Velho; Ceiza Pinheiro, Secretária Municipal da Educação de Candeias do Jamari/RO; Zenilda Terezinha Mendes da Silva, Secretária Municipal da Educação de Cerejeiras/RO; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições, relacionadas ao tema do ensino remoto e do retorno às aulas presenciais.

1) O que foi discutido

Inicia-se a reunião quinzenal com informes relativos a comemoração de um ano de atividades do GAEPE/RO no dia 28/04/2021, e o lançamento do GAEPE-Brasil em 26/04/2021.

Passa-se ao primeiro ponto da pauta do dia, a respeito de discussões estruturantes sobre a Educação infantil e ações relacionadas à alfabetização na idade certa. A Dra. ALESSANDRA abre o tópico e fala sobre a necessidade de ampliação do acesso na educação infantil nos próximos 4 (quatro) anos, para alcançar as metas do Plano Nacional de Educação, sendo necessário que a meta 1 seja atingida até o ano de 2024: 50% das crianças de 0 a 3 anos devem estar matriculadas em creches.

Como encaminhamento da reunião passada, a respeito do levantamento de dados sobre o acesso a creches e pré-escolas, a DPE, o MP e o TJ enviaram informações referente a processos judicializados, demonstrando que há pouca demanda sobre esse tema, e que são realizadas iniciativas extrajudiciais para se conseguir as vagas nas creches. Chegou-se ao número de 18% de crianças, entre 0 a 3 anos, que estão matriculadas em creches. Entretanto, há um contingente de 12%, entre 4 e 5 anos, que não estão matriculadas na fase da pré-escola. Dado isso, planos de expansão precisam ser pensados para que se alavanquem esses indicadores. O baixo índice de procura judicial se deve a vários fatores, sendo um deles o fato de as pessoas não saberem do direito ao sistema de ensino que possuem, o que faz com que essa busca não seja iniciada.

A Sra. LUSLARLENE apresenta uma pesquisa realizada pela UNDIME, a respeito do levantamento feito nos 52 municípios do Estado relacionado à creche e à educação infantil. Apenas 2 municípios não atendem a população com creches. Observou-se ainda que 10% dos municípios dos que o fazem atendem crianças a partir de 0 a 3 anos, 20% alunos de 6 meses a 3 anos, e 40% crianças entre 1 a 3 anos, sendo o restante representado pela opção “outras faixas etárias”. Foi apurado um total de 11.911 crianças atendidas pelos municípios, sendo que apenas 5 deles possuem lista de espera para atendimento em creches – Ji-Paraná, Cerejeiras, Cabixi, Pimenta Bueno e Cacoal. Destaca-se que, com a pandemia, o número de alunos que

procuravam as creches diminuiu bastante, sendo planejada uma Busca Ativa nesse meio. Salienta ainda que, na Pré-Escola I (4 anos), 14.060 crianças estão matriculadas na educação infantil. Já na Pré-Escola II (5 anos), são 17.305 crianças matriculadas, ambos os números abrangendo os 52 municípios. Destacou-se ainda que todos os municípios possuem planos de ampliação de vagas até 2024. Frisa que ainda há muita coisa a ser feita, principalmente em relação ao atendimento de todas as crianças e a falta de qualidade de ensino.

A palavra é passada para a Secretária GLAUCIA, para dispor sobre os dados da educação infantil em Porto Velho. Informa que, em decorrência de alguma falha na comunicação, não foram inseridos os dados a respeito da demanda reprimida do município. As creches com faixa etária entre 2 a 3 anos atendem um público de 2.767 crianças, com uma demanda reprimida (sem atendimento) de 331 crianças. Salienta que, apesar dessa espera em algumas creches, outras possuem vagas nessa faixa etária, e essa situação decorre da proximidade dessas instituições com as casas das famílias. Assim, Porto Velho tem 12.724 alunos matriculados no Pré I e II. Há uma demanda reprimida de 101 crianças no Pré I, aguardando atendimento nas escolas perto de suas residências, e 69 alunos no Pré II.

A Secretária Gláucia aproveita para informar que na última semana foi lançado o Programa Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos, para cumprir a “meta 1” do Plano Municipal da Educação. O programa foi criado por meio de uma portaria, lançando-se em três frentes de atuação: a ampliação da rede para ofertar vagas e sanar essa deficiência, além de garantir a ampliação do atendimento das creches; o aparelhamento das escolas de ensino infantil (creches e pré-escolas) com novos mobiliários; e a formação continuada dos profissionais que atuam no ensino infantil. Ademais, baseando-se em experiências em outros Estados com esse tema, observando que em São Paulo não há filas de espera por vagas, o município de Porto Velho tem pesquisado os procedimentos para formação de convênios com iniciativas privadas, buscando informações entre as redes municipais que possuem essa iniciativa.

A Dra. ALESSANDRA pergunta qual o percentual hoje de crianças atendidas em creches do município, sendo respondido pela Secretária GLAUCIA que o Município de Porto Velho tem um percentual de 19% em creches (entre 2 a 3 anos) e de 89% na Pré-Escola. Destaca ainda que, no último levantamento feito, no início do ano, havia 4.000 vagas ociosas na educação infantil e fundamental, mesmo com chamadas e divulgação de matrículas abertas, evidenciando que vagas existem, sendo a distância um fator evidente na procura das mães pelas instituições.

A Dra. ALESSANDRA, com base no relato da Secretária, discorre sobre as medidas tomadas no Estado de São Paulo para expandir essa demanda, sendo decisivo para supri-la a localização de onde se encontrava, sendo preciso criar vagas onde haviam maior vulnerabilidade e procura, ampliando a rede direta, por meio de construções, e criando redes indiretas, através de convênios, sendo que 80% dos locais foram atendidos por esse método. Entretanto, se deve atentar para os dois lados: a celeridade de acesso das crianças a educação e o grau de habilidade dela. É necessário que haja uma simetria entre a qualidade das redes diretas e indiretas (conveniadas). Então, pontua que, como primeiro direcionamento, é importante que todos os municípios localizem onde estão as demandas reprimidas, sobretudo nos municípios que possuem fila de espera, pensando em ampliações de acesso focalizadas. Sugere que seja feito por meio de um critério objetivo, como onde há crianças que tem pais vinculados ao Bolsa Família ou a outros programas, priorizando seu acesso as vagas onde há lista de espera (0 a 3 anos de idade).

A Secretária ZENILDA pede a palavra e fala sobre a situação no município de Cerejeiras, referente à fila de espera de alunos nas creches, sendo uma preocupação a falta de dados atualizadas sobre o déficit de crianças que precisam atender. Informa que o último censo realizado é bem antigo, e o que foi informado para o levantamento feito pela UNDIME, refere-se a esses dados antigos. Quando colocaram em prática a chamada escolar e a busca ativa, perceberam que já tinham atendido e matriculado todas as crianças de 4 a 5 anos (pré-escola). Notaram também uma diminuição na população da cidade, evidenciando que a conta dos dados não fecha, observando que os números na única escola particular da cidade não mudaram. Informa ainda que, na faixa etária de 0 a 3 anos, há uma pequena demanda para atendimento e que encontram-se preparando os professores e creches para se adequar a essas crianças, pretendendo atender alunos a partir de 6 meses. Destaca ainda que há uma creche sendo construída para atender esse número, mas que não há datas para a sua entrega.

O Presidente PAULO CURTI pede a palavra e destaca, como apontado pela Secretária Zenilda, a desatualização dos dados municipais, evidenciado pela disparidade entre as informações prestadas e o que está sendo falado pelas secretarias educacionais. Pede aos presentes, representantes dos municípios, esclarecimentos sobre os dados reais. Informa que esperava dados mais alarmantes sobre a demanda, o que não aconteceu,

visto o progresso obtido nos municípios e os aumentos de atendimento aos alunos. Questiona, ainda, se toda a população da cidade de Porto Velho vem sendo atingida pela chamada escolar e demais programas.

A Secretária GLAUCIA se pronuncia e afirma que provavelmente não, pois apenas os pais que se interessam pela iniciativa buscam as vagas, não se chegando a toda a população por ser a chamada escolar um serviço que deve haver interesse da pessoa. Entretanto, é de extrema importância, como falado pelo Presidente, que haja uma intersetorialidade para abarcar todos os alunos, por meio da Secretaria da Saúde, de Assistência Social e da Educação, procurando saber quantos pais não buscam assistência educacional para suas crianças. Nesse mesmo sentido, a Secretária ZENILDA expõe a realidade em Cerejeiras, destacando ainda que alguns pais não levam seus filhos para as escolas, nesse período pandêmico, por precisar acompanhá-los nos estudos em casa. Acredita também que mais crianças não estão nos números da demanda por esse motivo. Comenta, ainda, assim como falado pela Secretária Glaucia, o município de Cerejeiras não atende as crianças das zonas rurais, o que faz com que, mesmo atingindo todos os alunos do território das cidades, não se chega a atingir 100% das crianças.

A Dra. IVONETE pede a palavra e fala sobre a chamada escolar, sugerindo que sejam repensadas as estratégias de atuação, buscando atingir toda a população. Destaca também a necessidade de se pensar em estratégias para a criação de creches na zona rural, verificando onde há mais demandas e procurando atendê-las. Para atender a meta 1 estabelecida no Plano Nacional, sugere que seja feito um acompanhamento pelo GAEPE sobre o que foi pactuado e que vem sendo feito nos planos de ação municipais.

A Secretária CEIÇA pede a palavra e fala da realidade no município de Candeias do Jamari, informando espanto por não haver lista de espera. Destaca que a chamada escolar é uma iniciativa excelente, mas ainda não retrata a realidade, ainda mais nas zonas rurais. Informa que estão procurando dar maior atenção para o espaço demográfico do município, observando seu crescimento e planejando a construção de creches, não esperando a demanda aparecer para que seja suprida, buscando registrar a demanda invisível para atendê-la.

A Dra. ALESSANDRA pontua, com base no que foi relatado, que seja necessário um aprofundamento no diagnóstico dos municípios, para identificar de fato quantas crianças de 0 a 3 precisam ser atendidas e onde elas estão, bem como pensar estratégias para que haja um plano de expansão que as atenda. Para além disso, deve ser pensado em estratégias de comunicação para comunidades, divulgando o direito que elas têm de pleitear educação para seus filhos. Outro levantamento necessário diz respeito ao resgate dos planos de expansão que foram apresentados e que podem ter sofrido mudanças no início dessa gestão.

A Sra. CELENE, também representando a AROM, informa que, para auxiliar no levantamento das informações, foi encaminhado para todos os 52 municípios do Estado ofícios solicitando respostas a questionamentos definidos pelo GAEPE, como o percentual de crianças de 0 a 3 anos que estão matriculadas em creches, se existe fila de espera de vagas, qual o plano de expansão etc. Esses dados serão apresentados ao Gabinete assim que o levantamento for concluído, sendo feita na próxima reunião uma apresentação preliminar.

É passado ao segundo ponto da pauta, a respeito das estratégias para ampliar a conectividade nas redes municipais e estadual, e a Dra. ALESSANDRA aponta os encaminhamentos da reunião passada: os gestores dos municípios apresentariam um levantamento a respeito da quantidade de equipamentos que os professores e alunos precisam, para se avaliar a possibilidade de uma compra conjunta de equipamentos com o Estado; a verificação da disponibilidade orçamentária de cada município para essas aquisições; e estratégias de expansão e implantação dos laboratórios de informática. Ainda, salienta a verificação das redes se aderiram a programas existentes que ampliam a conectividade, como a banda larga e o programa Conectividade nas escolas – PIEC, e a verificação de qual operadora melhor abrange o território rondoniense, sendo visada a aquisição de chips para uma maior conectividade.

A Sra. LUSLARLENE informa que 20 municípios foram beneficiados com um projeto legislativo que destina recursos financeiros para a aquisição de equipamentos de informática para as escolas para assessorar os professores, além de uma plataforma digital para atendimento das aulas, sendo o município de Santa Luzia do Oeste um deles.

A Sra. MARTA, representando a SEDUC, traz algumas informações a respeito desse ponto de pauta: o edital de licitação para a aquisição de quase 8.000 notebooks para os professores da rede estadual terá o pregão aberto no fim desse mês. Informa ainda que os municípios podem estar fazendo adesão a essa ata de

registro de preços. Com relação à disponibilidade de internet, está sendo estudado se o mesmo procedimento ocorrido no Estado do Paraná poderá ser replicado em Rondônia, com a contratação de operadoras para disponibilização de uma plataforma de internet para acesso dos alunos. Informa que a SEDUC está atuando esse processo para a rede estadual, sendo discutido a possibilidade de expansão dessa iniciativa para a rede municipal. Entretanto, como o pedido para a rede estadual já se encontra em andamento, e é necessário saber quantos alunos seriam atendidos em cada município, será feito um pedido paralelo para atendimento da rede municipal, primeiro precisando quantificar a extensão dessa rede e estudar a extensão orçamentárias.

A Dra. ALESSANDRA abre sobre 3 (três) pontos: os professores da rede municipal poderiam ser atendidos para aquisição dos notebooks também por meio do pregão informado, quais são as informações necessárias de cada município para adesão à conectividade visada, e sobre a possibilidade da compra de equipamentos para os alunos.

O Presidente PAULO CURTI informa que os municípios podem seguir pelo mesmo processo de adesão de notebooks que está sendo realizada para a rede estadual. A Sra. MARTA traz que, com relação as informações de cada município, é necessário saber a quantidade de alunos por município para estimar o valor financeiro necessário. Com relação aos equipamentos para os alunos, tentativas para esse atendimento já foram feitas, mas não foram acolhidas. Entretanto, alternativas e estratégias estão sendo pensadas para atender sobretudo os alunos que não possuem nenhum equipamento, sendo feito um levantamento para saber quantos e quais alunos precisam de aparelhos.

O Sr. WANDERLEI explana sobre essa questão dos alunos, informando que já possuem algumas informações levantadas pelo questionário enviado anteriormente, inclusive alguns dos alunos que não possuem dispositivos. Enfatiza, entretanto, que é necessário se verificar quais alunos não conseguiram responder ao questionário justamente por não ter acesso a equipamentos. Informa que foi marcada uma reunião para discutir esse assunto e buscar soluções para o alcance desses alunos. Destaca que, para o levantamento de informações nos municípios, é necessário que se tenha o número de alunos, professores e turmas que serão atendidos em cada município, e como as Prefeituras estão trabalhando o ensino remoto. A respeito do uso de internet gratuita no Estado, informa que o plano é trabalhar com todas as operadoras dentro do território, onde o aluno acessará a internet por meio de dados e será cobrado o uso da SEDUC, uma espécie de “uso reverso” na rede estadual. O controle será por um aplicativo que autenticará nos servidores da Secretaria e verificará quais dispositivos o aluno/professor utilizou para navegar pelos conteúdos, por meio de um acesso prévio dado e cadastrado, não sendo o acesso liberado para qualquer coisa. Abarcará somente dispositivos móveis.

O Presidente PAULO CURTI sugere que uma reunião seja marcada entre as presidências da AROM e UNDIME com os técnicos da SEDUC para melhor alinhamento do que está sendo proposto, e um melhor levantamento das perguntas solicitadas para a rede municipal de ensino, a respeito dos dados para a conectividade, sendo pontos a serem discutidos o recurso orçamentário para a aquisição do meio (se será para as Prefeituras ou ficará a cargo do Estado, como ocorreu na aquisição dos insumos) e qual nível escolar será abrangido (inclusão de creche e pré-escola). O Dr. ISMAR contribui sugerindo que também seja perguntado aos gestores sobre a possibilidade e capacidade dos municípios em arcar com as despesas oriundas dessa estratégia, ou ao menos dividir, visto que esta obrigação não pertence apenas ao Estado.

Iniciando o terceiro ponto de pauta, a respeito das novidades sobre o andamento das estratégias de monitoramento dos protocolos de retorno das aulas nas escolas, o Dr. ISMAR e o Sr. VALMIR explanam sobre o que foi feito até agora de direcionamentos, como o grupo responsável vem organizando o cronograma montado e as datas previstas para as ações, sendo dois eventos visados: um para apresentar o trabalho que será feito, além de sugerir que se organizem em comissões municipais, e o outro para capacitar e alinhar as comissões já constituídas, nas datas de 11/05 e 25/05, respectivamente.

2) O que ficou deliberado

A respeito dos pontos de pauta tratados hoje, foram sugeridos como **encaminhamentos** ao Estado e aos Municípios, de modo a subsidiar o aprofundamento das discussões na próxima reunião:

- Localização das demandas reprimidas em cada Município, segmentando por idade: quantas e onde estão, se existe fila de espera, e dificuldades enfrentadas (transporte, busca ativa, etc.), referente as creches e pré-escolas;

- Resgate das estratégias do Plano de Expansão de cada Município e cronogramas específicos relativos ao cumprimento do Plano Nacional de Educação, inclusive com as mudanças feitas pela nova gestão municipal;
- Levantamento do número de alunos, professores e turmas dentro das redes de ensino em cada município, e de como vem sendo aplicado o ensino remoto (uso de plataformas, etc), a fim de melhor subsidiar a tomada de decisões no tocante às estratégias para expansão da conectividade.

Ficou marcada nova reunião para o dia 07/05/2021, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Analista**, em 10/06/2021, às 13:03, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0292005** e o código CRC **39FBC615**.